

Gros leva um esboço do plano a credores na reunião de Miami

MILANO LOPES

Um esboço do plano econômico que está sendo delineado pelo governo será apresentado pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, aos banqueiros credores do Brasil, com quem ele se reunirá, a partir de amanhã, em Miami, à margem da assembleia geral de governadores do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento — que será inaugurada amanhã naquela cidade americana.

As linhas básicas desse programa foram discutidas, ontem, numa reunião entre o presidente do Banco Central e os membros da delegação brasileira que seguirá para Miami. Com a saída de João Sayad do Ministério do Planejamento, o governador da Brasil junto ao BID passou a ser o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, porém quem chefiará a delegação brasileira será o governador substituto, Francisco Gros.

PONTOS BÁSICOS

Os pontos básicos do esboço de programa a ser apresentado aos banqueiros, com a ressalva de que a aprovação definitiva dependerá de ato do presidente da República, são os seguintes: 1) — Limitação do crescimento econômico, este ano, a 3 ou 4%, contra 8,3% em 1985 e 8,2% em 1986. Contudo, a partir de 1987 o produto voltará a crescer às taxas históricas de 6 a 7% ao ano; 2) — Política monetária restrita para manter a liquidez sob controle, evitando-se expansões imoderadas dos meios de pagamento e da base monetária. Não se fixou, no entanto, uma meta de variação desses dois indicadores este ano;

3) — Política cambial estimuladora das exportações. A correção cambial permanecerá alinhada à inflação medida pelo IPC, sem descontar a inflação externa;

4) — Política antiinflacionária tendente à convivência com taxas declinantes de inflação, absorvíveis pela economia e com a ajuda da reindexação e da correção monetária. Contudo, não foi fixada uma meta inflacionária para este ano;

5) — Política salarial garantidora do poder aquisitivo do salário; com proteção especial para os salários de um a cinco mínimos, porém com aumentos reais limitados

aos índices de produtividade para evitar a disputa preços-salários;

6) — Controle do déficit público de modo a mantê-lo, este ano, no nível máximo de 1,5% do PIB;

7) — Redução dos dispêndios do setor público, inclusive das despesas de custeio e de investimentos das empresas estatais;

8) — Eliminação gradual dos subsídios ao consumo (trigo, álcool etc), à produção (energia elétrica e ao crédito (agricultura, exportações).

9) — Estímulo à poupança privada, com o propósito de elevar o nível de investimentos de 19% do PIB no ano passado para 23% este ano. O mecanismo principal será o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND — que aplicará, até o final do ano pelo menos Cz\$ 120 bilhões em investimentos públicos e privados, inclusive Cz\$ 20 bilhões nas pequenas e médias empresas;

10) — Liberação gradual do sistema de preços, de tal forma que, a partir de certo período, ainda não definido, o controle será mantido apenas sobre os preços oligopolizados.

Nas conversas com os banqueiros em Miami, o presidente do Banco Central reiterará a disposição do governo brasileiro de não submeter o programa ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional — FMI — embora não crie obstáculos a uma eventual análise do seu conteúdo por parte do Fundo e a consequente apreciação pelo "board", como uma espécie de "sinal verde" para as negociações do refinanciamento da dívida.

DISPENSA DE SEIXAS

O diretor do Banco Central para a dívida externa, Antonio de Pádua Seixas, solicitou exoneração em caráter irrevogável e, resistindo aos apelos do presidente do BC, Francisco Gros, recusou-se também a compor a delegação brasileira que segue hoje para Miami.

Seixas, negou-se a comentar as razões que o levaram a solicitar dispensa do cargo, mas seus assessores mais próximos garantem que a decisão vinha sendo amadurecida desde que Fernão Bracher pediu demissão do Banco Central, por discordar da moratória unilateral que o governo estava preparando.

BRASÍLIA (Agência Estado)